

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAÍS APARECIDA RODRIGUES

**ODS 10 NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO BRASILEIRA NO
RANKING MEDIDO PELO PIB E O IDH DE 2019**

Uberlândia
2022

LAÍS APARECIDA RODRIGUES

**ODS 10 NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO BRASILEIRA NO
RANKING MEDIDO PELO PIB E O IDH DE 2019**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: desenvolvimento econômico

Orientador: Niemeyer Almeida Filho

Uberlândia

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R696 2022	<p>Rodrigues, Laís Aparecida, 1997- ODS 10 no Brasil [recurso eletrônico] : uma avaliação da posição brasileira no Ranking Internacional medido pelo PIB e o IDH 2019 / Laís Aparecida Rodrigues. - 2022.</p> <p>Orientador: Niemeyer Almeida Filho. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Almeida Filho, Niemeyer, 1954-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

LAÍS APARECIDA RODRIGUES

**ODS 10 NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO BRASILEIRA NO
RANKING INTERNACIONAL MEDIDO PELO PIB E O IDH**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho.

Área de concentração: desenvolvimento econômico

Uberlândia, 12 de agosto de 2022

Banca Examinadora:

Niemeyer Almeida Filho – Doutorado (IERI - UFU)

Humberto Eduardo de Paula Martins – Doutorado (IERI - UFU)

Soraia Aparecida Cardozo – Doutorado (IERI - UFU)

Ao maior incentivador dos meus
sonhos e realizações. Único e
exclusivamente ao senhor, meu pai.
Muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, demonstro a minha imensa gratidão pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações. Obrigada, por todo amor, confiança e cuidado. Sem você ao meu lado este trabalho não seria possível.

Agradeço também aos meus amigos e familiares que apoiam e vibram com todas as minhas conquistas.

Sou grata a Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de integrar a 18º turma do curso de Relações Internacionais. A Instituição sempre demonstrou preocupação em manter um ambiente criativo, amigável e cheio de oportunidades.

Agradeço também a todos os professores e orientadores que contribuíram com a minha formação acadêmica e profissional durante o curso.

As crianças ricas brincam nos jardins com seus brinquedos prediletos. E as crianças pobres acompanham as mães a pedirem esmolas pelas ruas. Que desigualdades trágicas e que brincadeira do destino.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Este trabalho possui o intuito de avaliar o posicionamento do Brasil no Ranking Internacional que mediu a desigualdade em 2019, buscando compreender o nível de importância do PIB e o IDH na aplicação do ODS 10. A pesquisa parte da hipótese de que a utilização de indicadores socioeconômicos que não acompanham a evolução do termo “*Desenvolvimento sustentável*” pode afetar o posicionamento do Brasil no Ranking Internacional que mede a desigualdade. Para tanto, o trabalho busca exibir indicadores como o PIB e o IDH do Brasil no ano de 2019. Após a análise desses indicadores, percebemos que o posicionamento brasileiro mudava de acordo com o índice analisado, haja vista que alguns indicadores levavam em consideração apenas o crescimento econômico e não elementos sociais e ambientais. Deste modo, constatou-se que o IDH é o indicador mais eficiente para avaliar o desenvolvimento sustentável de um país, pois consegue agrupar em seu cálculo elementos econômicos, sociais e ambientais.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Agenda 2030, Desigualdade, ODS 10, Brasil.

ABSTRACT

This work aims to evaluate Brazil's position in the International Ranking that measured inequality in 2019, seeking to understand the level of importance of GDP and HDI in the application of SDG 10. does not follow the evolution of the term "Sustainable development" can be Brazil's position in the International Ranking that measures inequality. Therefore, the indicators look for indicators such as GDP and the 2011 indicators, after the year 20, the work took into account the Brazilian positioning, given that some growths took into account the Brazilian positioning. economic and not social and environmental elements. This mode is evaluated, because the HDI is more efficient for sustainable development, because the HDI is more efficient for sustainable development, because its economic, social and environmental economic element.

Keywords: Sustainable development, Agenda 2030, Inequality, SDG 10, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Produto Interno Bruto (PIB)

Divisão Internacional do Trabalho (DIT)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 – Ranking dos países mais desiguais em 2019.	37
Tabela 2 - Ranking das maiores economias do mundo em 2019	38
Tabela 3 – Ranking dos países com maior IDH em 2019.	39

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. A origem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	15
3. O fenômeno da desigualdade e a importância do ODS10.....	20
3.1 Das fases do capitalismo.....	20
3.2 O capitalismo como formador da desigualdade.....	25
3.3 A desigualdade e a importância do ODS 10.	29
4. Avaliação do Brasil no Ranking Internacional que mede a desigualdade.....	33
4.1 A relevância do PIB e do IDH na aplicação do ODS 10.....	33
4.2 Brasil, campeão de desigualdade.....	35
5 . Considerações finais.....	40
6 . Referências bibliográficas.....	44

1. Introdução

A Agenda 2030 é um plano voltado para a população, o planeta e a prosperidade, cujo objetivo é implementar o desenvolvimento sustentável. O plano proposto nessa Agenda visa a implementação de 17 Objetivos de desenvolvimento sustentável, popularmente conhecidos como os ODS. As propostas do plano de ação estão distribuídas em 169 metas em temas diversos, como: paridade de gênero, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades. O intuito da Agenda é de que os Estados que compõem o Sistema Internacional trabalhem em conjunto, agindo de acordo com suas prioridades e contextos internos, visando um desenvolvimento sustentável tomando como base o ano de 2030.

Os ODS surgiram após uma primeira iniciativa global desenvolvida na década de 1990, porém mais restrita, em que foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Esse programa foi desenhado por diversos especialistas e visava, especificamente, temas como o combate à pobreza e à fome. Os ODM buscavam a implementação de oito objetivos e podem ser entendidos como um guia de orientação global para as questões que permeiam o progresso socioeconômico. Desse modo, os ODM permitiram a construção de uma Agenda pós-2015, atualmente caracterizada como mais ampla e inclusiva.

É importante destacar, que a contribuição dos ODM para a elaboração de uma Agenda para o desenvolvimento não se restringe apenas ao campo da experiência, mas também da introdução do termo “*Desenvolvimento Sustentável*”. A Agenda para 2030 traduz uma concepção de desenvolvimento forjada nos anos 1980 pela Comissão Brundland, em que o progresso socioeconômico de um país não pode ser mensurado apenas pela concentração de riqueza ou altos níveis de produtividade, mas também pela qualidade de vida e bem-estar da população. Esta monografia irá utilizar como base justamente a concepção de “*Desenvolvimento Sustentável*” introduzida na Comissão de Brundtlan em 1980.

O ingresso do termo “*Desenvolvimento Sustentável*” significa uma nova percepção acerca do que seria o desenvolvimento, cujo o intuito é ampliar e acompanhar as novas diretrizes propostas pela Agenda 2030. Ademais, vale ressaltar que a escolha do ODS 10 está relacionada ao entendimento da desigualdade como um problema global que vem se agravando com a expansão do capitalismo. Assim, o objetivo deste trabalho concentra-se em analisar o nível de importância do PIB e do IDH na aplicação

do ODS 10, a partir de um estudo de caso que avalia o posicionamento brasileiro no Ranking Internacional de 2019. A pesquisa busca demonstrar como a escassez de monitoramento e de índices eficientes podem afetar a implementação de políticas do ODS 10 e o posicionamento do Brasil no Ranking Mundial que mede a desigualdade.

O primeiro capítulo irá analisar o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030, enfatizando os principais elementos do ODS 10. Esta primeira parte é introdutória e de suma importância para o entendimento do objetivo 10, estabelecendo uma relação com o segundo capítulo que irá discutir a formação da desigualdade. Com isso, o segundo capítulo irá tratar de forma sintética as principais etapas do capitalismo, enfatizando sua característica intrínseca de gerar desigualdade. O terceiro capítulo traz o problema da heterogeneidade para a realidade do Brasil, buscando explicar a importância da utilização de indicadores socioeconômicos que acompanham o termo “*Desenvolvimento sustentável*” para se demonstrar um posicionamento real em Rankings Internacionais que medem a desigualdade.

Este trabalho será realizado por metodologia quali e quantitativa, por meio da coleta e da análise comparativa de dados e estatísticas. O método de procedimento que será utilizado é o estudo de caso, tendo em vista que o trabalho irá analisar o posicionamento do Brasil no Ranking Internacional medido pelo PIB e o IDH de 2019. Nesta pesquisa, serão utilizadas fontes primárias e secundárias como, anuários estatísticos, artigos, trabalhos acadêmicos, relatórios e sites de órgãos governamentais. Dessa maneira, serão citados autores como Cristiano Vieira, Antônio Carlos e Tercia de Tasso e plataformas digitais como a OCDE e a plataforma Agenda 2030.

2. A origem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Este capítulo tem o objetivo de introduzir o conceito de “*Desenvolvimento sustentável*”, demonstrando as origens de seu desenvolvimento e enfatizando as diferenças em relação ao termo tradicional “*Desenvolvimento econômico*”. Esta primeira parte pode ser entendida como uma preparação para a discussão principal, cujo intuito é explicar como a evolução do entendimento de desenvolvimento sustentável culminou na criação da Agenda 2030. Dessa maneira, o foco desta seção concentra-se em explicar o que são os ODS, assim como os seus objetivos e metas a partir da transição da Agenda 2015. Além disso, busca-se salientar a importância de criação de estratégias de monitoramento de aplicação dos propósitos a partir de indicadores socioeconômicos.

O termo “Desenvolvimento Sustentável” foi introduzido na Comissão de Brundtlan em 1980 pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem. O conceito foi apresentado no relatório “Our Common Future”, referindo-se a uma nova forma da sociedade satisfazer suas necessidades sem comprometer as demandas das futuras gerações. Além disso, Desenvolvimento Sustentável também pode ser entendido como um processo de transformação em que um Estado trabalha buscando aliar a questão financeira e ambiental. Essa definição se popularizou no âmbito de grandes Companhias, pois acreditava-se que a nova dinâmica apresentada poderia criar um processo que levaria a uma maior eficiência dos negócios e redução de custos (ESTENDER, 2008).

As demandas apresentadas na Comissão de Brundtlan e a introdução do conceito de Desenvolvimento Sustentável demonstravam uma única preocupação: a preservação dos recursos naturais. Era necessário trabalhar de forma conjunta com a atividade econômica e a preservação do meio ambiente, tendo em vista os altos níveis de poluição, desmatamento e possibilidade de escassez de água. Entretanto, a partir da década 1990, ficou evidente que as questões discutidas no âmbito da Comissão de Brundtlan não eram suficientes para criar um Sistema Internacional sustentável. Diante da dificuldade em tratar da complexidade da questão, optou-se por traduzir a complexidade apontando a imbricação de três dimensões, a econômica, a social e a ambiental. (ESTENDER, 2008).

A necessidade de inclusão do elemento social no conceito de Desenvolvimento Sustentável é resultado da interdependência dos três pilares constituintes. Desse modo, seria praticamente impossível uma empresa obter êxito ou

praticar qualquer tipo de negócio em um território com a população empobrecida, um ambiente degradado e sistemas políticos dissolvidos. Levando em consideração o elemento da interdependência, o pilar social preocupa-se em dissolver a desigualdade social por meio de ações que buscam promover a equalização de riquezas. O pilar econômico coloca o lucro e a sustentabilidade econômica a longo prazo como questão central, além de priorizar uma produção “verde” (ESTENDER, 2008).

O pilar ambiental busca conciliar altos índices de produção implementados a partir da Revolução do Industrial e da ascensão do capitalismo à preservação dos recursos naturais. Neste sentido, procura-se introduzir aspectos ambientais em todos níveis de desenvolvimento de determinado produto, ou seja, utilizando insumos menos poluentes, reciclando e estimulando outras empresas a adotarem esse tipo de produção (Administradores, 2018). A evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável permitiu a substituição do termo tradicional “Desenvolvimento econômico”, adotado em primeira mão pelo economista clássico Adam Smith.

O termo “Desenvolvimento econômico” perdeu espaço no Sistema Internacional após a Segunda Guerra Mundial, o que permitiu uma tomada de consciência por parte dos Estados. O conflito global evidenciou a desigualdade e o atraso econômico entre os atores estatais, assim como no âmbito interno dos próprios países. Essa tomada de consciência foi facilitada pelo uso de indicadores socioeconômicos mais específicos como, por exemplo, o grau de alfabetização, a taxa de natalidade e a expectativa de vida. A construção do conceito de Desenvolvimento econômico foi baseada em três elementos: a divisão do trabalho, a especialização e a produtividade. Desse modo, a definição tradicional levava em consideração apenas o crescimento do fluxo de bens e serviços. (Engema, 2014).

O conceito de “Desenvolvimento econômico” tinha o objetivo de resumir os três elementos constituintes deste termo a partir da análise do PIB. O Produto Interno Bruto é um indicador que busca avaliar a produtividade que a população seria capaz de disponibilizar de renda ou produto para cada indivíduo. Entretanto, a partir da década de 1990, economistas entenderam que indicadores tradicionais como o PIB seriam incapazes de avaliar o desenvolvimento econômico. Com isso, cria-se a necessidade de utilizar elementos e índices que fossem capazes de medir a satisfação das necessidades humanas. A tomada de consciência que os Estados tiveram em relação a desigualdade e a evolução do termo Desenvolvimento Sustentável permitiu a criação dos ODM (Engema, 2014).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram em 2000, a partir de conferências e encontros realizados na sede das Nações Unidas, na cidade de Nova

York. A criação dos ODM foi marcada pela participação de 191 Estados e a declaração foi aceita e assinada de forma unânime por todos eles. A Declaração do Milênio das Nações Unidas colocava como centro das discussões os efeitos positivos e negativos da globalização. Argumentava-se que o processo de mundialização apresentava diversas oportunidades para o Sistema Internacional, mas que essas possibilidades se distribuíam de formas diferentes entre os Estados. Com isso, compreendemos que economias emergentes apresentam mais dificuldades em aproveitar essas oportunidades do que os países desenvolvidos (UNFPA).

A dificuldade de absorção das oportunidades oferecidas pelo processo da globalização por parte das economias periféricas causava o fenômeno da heterogeneidade. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio demonstravam a preocupação mundial com a fome, a extrema pobreza, o analfabetismo, assim como outros problemas que afetam principalmente os Estados em situação de maior vulnerabilidade. Com isso, os ODM surgem estabelecendo 8 grandes objetivos com 21 metas específicas relacionadas ao combate à fome, a pobreza, a medidas de saneamento, habitação e meio ambiente. A Declaração do Milênio previa a cooperação global em prol do desenvolvimento sustentável, visando atingir todos os seus propósitos entre 1990 e 2015 (ROMA, 2019, p.1)

Entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio podemos encontrar (*EM UNFPA¹. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*):

- a) Erradicar a pobreza extrema e a fome
- b) Educação Básica Universal
- c) Promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres
- d) Reduzir a Mortalidade Infantil
- e) Melhorar a Saúde Materna
- f) Combater HIV/AIDS, a Malária e outras doenças
- g) Garantir Sustentabilidade Ambiental
- h) Parceria global pelo desenvolvimento

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio previam o monitoramento de aplicação de metas a partir de um conjunto de 60 indicadores como, por exemplo, taxa de pobreza e alfabetização. Além disso, vale ressaltar que os objetivos previstos na Declaração do Milênio poderiam variar de acordo com o contexto e as necessidades de cada Estado, assim como os indicadores de avaliação utilizados. A criação dos ODM pode

¹ Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>>

ser entendida como um empreendimento singular que obteve um determinado sucesso, cujo resultado foi uma grande redução de pessoas que viviam na extrema pobreza e o crescimento da presença de meninas nas escolas. Contudo, apesar do sucesso da agenda de 2015, o Sistema Internacional enxergou a necessidade de criar a Agenda de 2030, caracterizada por ser mais inclusiva e ampla (PNUD, 2015).

A Agenda 2030 trata-se de um programa voltado para a população, o planeta e a prosperidade, cujo objetivo é implementar o desenvolvimento sustentável. O plano proposto nessa Agenda visa a implementação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, popularmente conhecido como os ODS. As metas propostas no plano de ação estão distribuídas em 169 metas com temas diversos, como: a paridade de gênero, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades. O intuito da Agenda é de que os Estados que compõem o Sistema Internacional trabalhem em conjunto, agindo de acordo com suas prioridades e contextos internos, visando um desenvolvimento sustentável tomando como base o ano de 2030. A implementação dos ODS iniciaram-se a partir de janeiro de 2016, dando continuidade ao que foi proposto pelos ODM entre 2000 e 2015 (ECAM).

Os ODS podem ser denominados como um plano de ação mundial constituído a partir de quatro pilares: declaração, ODS, acompanhamento e avaliação e implementação. A declaração coloca em discussão a visão, os princípios e os compromissos da Agenda, idealizando um mundo sem desigualdade, problemas ambientais, políticos ou sociais. Além disso, a declaração salienta a importância da soberania dos Estados e de ações internas visando a implementação dos ODS a partir do contexto de cada território. Os compromissos são basicamente os 17 objetivos e as 169 metas apresentadas na Agenda de 2030 e que se configuram como os objetivos de desenvolvimento sustentável (ECAM).

O acompanhamento está relacionado a avaliação nacional, regional e global da implementação dos objetivos, em que a obrigatoriedade do acompanhamento cabe ao Fórum Político de Alto Nível sobre o desenvolvimento sustentável. Ademais, vale ressaltar que a própria ONU ou órgãos nacionais de cada Estado possuem o poder de elaborar relatórios que nos permitem avaliar a implementação dos objetivos e metas. Assim como os Estados também podem criar metas específicas e utilizar indicadores econômicos e sociais que refletem melhor o contexto de seus países. A execução da Agenda de 2030 exige a realização de parcerias com o intuito de levantar recursos, assim como engajamento dos Estados, do setor privado, da sociedade civil e de Organizações Internacionais (Agenda 2030).

Entre os objetivos da Agenda 2030 podemos encontrar (²ECAM: *O que é a Agenda 2030 e quais os seus objetivos*)²:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

² Disponível em: <<http://ecam.org.br/blog/o-que-e-a-agenda-2030-e-quais-os-seus-objetivos/#:~:text=A%20Agenda%202030%20%C3%A9%20um,de%20vida%20das%20pr%C3%B3ximas%20gera%C3%A7%C3%B5es.>>

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Podemos concluir que a introdução do termo “*Desenvolvimento sustentável*” na Comissão de Brundtland em 1980 é marcada pela constituição de três novos pilares: o econômico, o social e o ambiental. A chegada da nova expressão surge em um contexto de substituição do termo tradicional “*Desenvolvimento econômico*”, cujo significado está restrito ao crescimento da economia. O termo clássico perde espaço no Sistema Internacional a partir da Segunda Guerra Mundial, em que o conflito coloca em evidência problemas como a desigualdade. Neste sentido, os Estados buscam cooperar em prol do desenvolvimento sustentável, cujo resultado inicial foi a criação dos ODM em 2000 e posteriormente da Agenda 2030. Para a melhor aplicação dos objetivos previstos nos ODS, precisamos compreender como surgem os obstáculos evidenciados a partir da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, o segundo capítulo irá esclarecer como e porquê surge o fenômeno da desigualdade.

3. O fenômeno da desigualdade e a importância do ODS 10

3.1 Das fases do capitalismo

Este capítulo concentra-se em analisar os efeitos do capitalismo a partir de três tópicos: o primeiro busca analisar de forma generalizada as fases do capitalismo, explicando a sua origem, as transformações no modo de produção e a etapa da Mundialização. Esta primeira seção é de suma importância para a confecção dos outros dois tópicos, haja vista que introduz o assunto e demonstra os efeitos do capitalismo

no Sistema Internacional. O segundo tópico têm o objetivo de explicar os motivos do capitalismo ser considerado como um fomentador da desigualdade, esclarecendo cada etapa do sistema capitalista e suas transformações. O último tópico busca analisar o fenômeno da desigualdade a importância do ODS 10.

O surgimento do capitalismo ocorreu após o declínio do modo de produção feudal entre os séculos XIV e XV, motivado por diversas crises e transformações. A formação do feudalismo pode ser explicada a partir dos aspectos escravistas romanos e também do movimento migratório dos povos germânicos. O modo de produção feudal tem como principal característica uma relação baseada na servidão, tendo como principais atores o proprietário da terra (senhor), o produtor direto (camponês) ea terra. Com isso, a sociedade feudal estabelecia uma relação de servidão em que o camponês precisava atender os interesses do senhor, baseada no trabalho compulsório (DOBB, p.1).

O feudalismo era totalmente voltado para o trabalho na terra (agricultura) e o seu modo de produção pode ser considerado como rudimentar. As técnicas, os instrumentos de trabalho e a divisão social do trabalho eram simples, o que justificava o reduzido desempenho da produtividade. Contudo, podemos observar um demasiado crescimento econômico entre os séculos XI e XIII, resultado da expansão comercial e urbana localizada na Europa Ocidental. A ascensão econômica permitiu o desenvolvimento de um mercado dividido por um lado pelos empréstimos e por outro pelas terras. Desta maneira, a ambição dos proprietários de terra passa a ser a transformação da renda em dinheiro (DOBB, p.2).

A nova ambição dos senhores de terra exigia o crescimento da produtividade, tendo como resultado a inclusão de novas terras na fabricação agrícola. Entretanto, a terra não era um fator suficiente para o aumento da produção, também era necessário a ampliação da mão de obra. Para que este obstáculo fosse alcançado, os proprietários de terra precisariam normalizar a prática do arrendamento, entendida como o pagamento em dinheiro pelo uso da terra. Essas medidas transformavam os principais elementos constituintes do modo de produção feudal, tornando frágeis as relações servis. A fragilidade surge como resultado da criação de um trabalho independente da terra, assim como a transformação dos instrumentos e das técnicas de trabalho (DOBB, p.2)

No setor de comercial e artesanal, o crescimento do comércio também proporcionou algumas modificações como, por exemplo, o aparecimento da especialização. O trabalho artesanal começa a se desvincular da atividade rural, começando a realizar uma produção voltada para o mercado. Ademais, surge uma

organização do trabalho artesanal pautada em uma hierarquia composta pelo proprietário dos meios de produção, pelo ajudante do mestre e pelo aprendiz. É importante destacar que, no início o mestre era dono dos instrumentos de trabalho e da matéria-prima e acompanhava todo o processo de produção (DOBB, p.3)

Todavia, com o processo de aumento de complexidade do processo de produção e comercialização, o proprietário vai perdendo o controle das etapas da mercantilização. O crescimento econômico e a expansão urbana e comercial promoveram modificações no modo de produção feudal capazes de promover um ambiente propício para o surgimento do capitalismo comercial. Mas foi a partir da Primeira Revolução Industrial que o capitalismo realmente tomou forma, apresentando as tão conhecidas características do Estado capitalista atual. O processo de industrialização infere a substituição da energia humana pela energia motriz (a vapor, eólica, hidráulica, etc.) (DOBB, p.3).

A Revolução Industrial traz como novidade a substituição da oficina artesanal baseada na produção doméstica/manufatura pela fábrica/maquinofatura. A sociedade capitalista passa a ser composta por duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. A primeira é composta pelos donos dos meios de produção e a segunda pelos trabalhadores que possuem o intuito de vender a sua mão-de-obra. O surgimento das novas fábricas significava também a introdução de novas técnicas e instrumentos de trabalho. O progresso técnico era baseado principalmente no processo de maquinização, tendo como consequência a substituição do trabalho humano pelas máquinas. Além disso, a maquinização permitiu a ampliação da divisão do trabalho, não podendo mais ser considerada como primitiva (HOBSBAWM, p.5).

No início do processo de industrialização, a divisão social do trabalho era baseada entre trabalho intelectual e manual. O primeiro era exercido pela própria burguesia e o segundo pelo trabalhador direto. Vale ressaltar que, a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra a partir do século XVIII, mas que se expandiu para os outros Estados da Europa como, a França, a Alemanha e a Itália no século XIX. O pioneirismo inglês pode ser explicado primeiramente pela acumulação primitiva do capital que ocorreu no território da Inglaterra, colocando a renda nas mãos de poucos. A acumulação de capital é um fator importante porque permitiu o investimento necessário para a criação das fábricas (HOBSBAWM, p.5).

O pioneirismo inglês também pode ser explicado a partir da formação do Estado Nacional, facilitada pela queda do absolutismo e pela ascensão da burguesia. A implementação do Estado nacional permitiu o favorecimento do domínio do mercado internacional, assim como modificações no setor agrário inglês a partir de

1760. Esses movimentos foram importantes porque introduziram a política dos cercamentos, cujo objetivo tratava-se de expulsar camponeses da cidade. Com a expulsão dos camponeses do campo rural, houve um aumento da população urbana, assim como o aumento da mão-de-obra disponível em uma sociedade capitalista. Além disso, a política de cercamentos também possibilitou que a terra atendesse as demandas do mercado (HOBSBAWM, p.5).

O surgimento das fábricas na Grã-Bretanha impôs algumas normas de produção que foram impostas pelo capital. O trabalhador passa a receber um salário e é considerado livre, porém alienado, indiferente e distante de sua vida real. O indivíduo que vende a sua mão-de-obra se torna alienado e indiferente porque passa a desconhecer todo o processo produtivo, diferente do que ocorre no modo de produção feudal. Nesta etapa, o trabalhador passa a ser dono apenas da sua força de trabalho, que é vendida para a burguesia e também torna-se posse dela. Vale ressaltar, que os proprietários agem motivados pelo lucro e, para isso, elaboram várias estratégias voltadas para a redução de custos e aumento da produção (HOBSBAWM, p.7).

Percebe-se que a classe burguesa gozava de uma liberdade para impor a jornada de trabalho, para determinar a forma de produção, assim como para estabelecer o valor da mão-de-obra. Mas o que é de fato o Capitalismo? Podemos defini-lo como um sistema econômico baseado na iniciativa privada e no livre mercado. Em breves palavras, é uma estrutura ancorada na propriedade particular, administrada por grandes Companhias organizadas burocraticamente e motivadas principalmente pelo lucro. A produção é realizada em escala e com produtos padronizados, determinada pela oferta e pela demanda. O capitalismo visa a acumulação de capital e para isso existe uma necessidade constante de investimento (HOBSBAWM, p.7).

No final do século XX, o Sistema Internacional passa por modificações tecnológicas que trazem novas possibilidades para se pensar numa evolução do capitalismo. (SANTOS, 2019, p.3) O mundo passa a vislumbrar inovações nos sistemas de comunicação e informação, permitindo que o mundo se conecte de uma forma muito mais rápida e prática, criando uma conexão real. Este processo foi denominado inicialmente como “Globalização”, cujo objetivo foi aumentar a integração mundial por meio da difusão do fluxo de informações, bens e serviços. Ademais, a Mundialização possibilitou um maior intercâmbio de culturas, além de permitir a predominância do capitalismo no Sistema Internacional.

O processo de Mundialização pode ser entendido como uma etapa da evolução

do capitalismo em que o foco passa a ser a acumulação de capital financeiro. Neste ciclo, o sistema capitalista continua demonstrando as mesmas características apresentadas em suas fases iniciais. Entretanto, podemos encontrar algumas modificações na substância da acumulação de capital e em relação aos resultados obtidos nesse processo. No capitalismo financeiro, os atores estatais e não-estatais estão totalmente focados na acumulação e centralização de enormes montantes de capital financeiro. Desta maneira, a centralização do capital culmina no surgimento de uma nova organização da economia e também da geopolítica mundial (CHESNAIS, 1996, p.1).

A nova geopolítica mundial é baseada na ascensão de grupos industriais multinacionais em que chegada introduz novas formas de administração, controle e produção dos mercados. As multinacionais se estruturam no formato de um oligopólio mundial, em que os atores atuam em um ambiente de concorrência e ao mesmo tempo cooperação. O espaço de concorrência pode ser ocupado por uma diversidade de estratégias empresariais como, por exemplo, aquisições, fusões e parcerias. O surgimento dos oligopólios afeta as empresas no âmbito, local, regional e internacional, pois adquirem vantagens de cunho geográfico, salarial, fiscal, alfandegário e etc (CHESNAIS, 1996, p.1).

O processo de mundialização do capital pode ser considerado como o maior motivador do deslocamento das indústrias. Mas nesta nova etapa, o capital financeiro passa a adotar também algumas novas características como, por exemplo, a liberalização e a desregulamentação de mercados localizados nos Estados de origem (CHESNAIS, 1996, p.3). Além disso, a etapa da mundialização introduz o fator fictício para a natureza do capital financeiro, trazendo novas operações que não se resumem apenas a simples ações de crédito. No capitalismo financeiro, podemos observar a existência de transações de títulos públicos e privados, aplicações em bolsas de valores ou em outros tipos de mercados voltados para o futuro.

No estágio da mundialização do capital, as grandes Companhias multinacionais buscam empréstimos com o objetivo de aplicar em algum tipo de mercado. Ao realizar uma aplicação, as empresas podem transferir de um título para outro, assim como podem também realizar a transferência de uma moeda para outra. Desta maneira, o Sistema Internacional passa a atuar referente a mobilidade, em que a diversa gama de instrumentos financeiros são trocados ou transferidos. A natureza do capital passa a ser fundamentada pela especulação, termo este que pode ser definido como uma compra de determinado bem motivada pela valorização. Em breves palavras, o bem é comprado não pela vantagem do próprio uso, mas pela

possibilidade de aumento do preço.

3.2 O Capitalismo como formador da desigualdade

O Sistema Internacional é um espaço caracterizado pelo desenvolvimento desigual, motivado pela lenta e irregular evolução do progresso técnico. A Revolução Industrial ocorreu no século XVIII e iniciou-se na Inglaterra trazendo diversas modificações como a introdução de novos instrumentos e técnicas de produção. Este movimento marca a transição da produção artesanal para o surgimento das Indústrias nas quais as máquinas são movidas a vapor e os produtos são produzidos de forma homogênea e em larga escala. O pioneirismo inglês no processo de industrialização pode ser considerado como um privilégio, considerando que a Revolução Industrial se expandiu para outros Estados do Sistema Internacional apenas no século XIX (HOBSBAWM, p.2).

Quase um século após o surgimento da Revolução Industrial no território da Inglaterra, nações como a França, a Alemanha e a Itália iniciam o seu processo de industrialização. Este movimento foi capaz de desenvolver uma estrutura baseada na DIT (Divisão Internacional do Trabalho), na qual podemos partir o Sistema Internacional entre centro e periferia. A divisão internacional do trabalho caracteriza os países centrais como economias industrializadas e denomina como periferia os Estados que possuem a capacidade de produzir e exportar apenas produtos primários. A produção primária consiste nas etapas iniciais do processo produtivo, diferente da indústria que se refere as etapas posteriores (POCHMANN, p.3).

O processo agroexportador inerente as economias periféricas são incapazes de impulsionar a atividade industrial, mas o movimento inverso pode ocorrer. Desta maneira, existe uma dependência das economias periféricas em detrimento das economias centrais, justificada pela etapa do desenvolvimento para fora. O objetivo da periferia é produzir mercadorias que não demandam um alto nível de progresso técnico e exportar para o centro, dependendo totalmente da demanda externa. Essa estrutura é problemática e gera o desenvolvimento desigual, pois a existência de crises ou conflitos podem afetar a demanda e o crescimento econômico dos países não industrializados (MELLO, 1991, p.36). Ademais, a balança comercial sempre estará favorável aos países do centro que fornecem produtos mais caros e elaborados.

Na etapa da Mundialização do capital, o Sistema Internacional apresenta um caráter extremamente competitivo no setor empresarial, marcado também pela

dicotomia entre centro e periferia. As economias centrais buscam a produção e exportação de produtos de alto valor agregado, enquanto as economias periféricas preocupam-se em produzir commodities. Neste sentido, podemos analisar um aumento da Interdependência no Sistema Internacional, em que as trocas comerciais criam assimetrias no campo econômico, causando a desigualdade. A heterogeneidade é causada pelo desequilíbrio na interação mercadológica, em que Estados industrializados fornecem produtos valorosos de um lado e a periferia fornece basicamente matéria-prima a preço baixo. Este processo mantém a balança comercial favorável no centro, causando a acumulação de capital e a desigualdade (MELLO, 1991, p.90).

As economias periféricas não são independentes e podem ser consideradas apenas como um prolongamento das economias centrais. Dessa forma, a periferia estaria sempre condenada a miséria, pois todas as tentativas de se alcançar o desenvolvimento estariam diretamente relacionadas aos interesses do centro. Na tentativa de reduzir a dependência em relação as economias avançadas, a periferia adota uma estratégia denominada de “*processo de substituição de importações*”. O método consiste na tentativa de redução de importações, visando o fortalecimento do mercado interno. Ademais, vale ressaltar que esse método pode ser entendido como uma forma de capitalismo tardio, modelo bastante utilizado em Estados da América Latina (MELLO, 1991, p.89).

O surgimento do processo de substituição de importações é resultado de uma restrição relativa/absoluta não desejada. Estas restrições criam uma necessidade interna de produzir mercadorias que antes os próprios Estados importavam. Contudo, apesar das economias periféricas expandirem as suas capacidades produtivas, surge ao mesmo tempo um crescimento da demanda por novas espécies de produtos e bens de capital. Desta maneira, podemos perceber que assim como a etapa de desenvolvimento para fora, o processo de substituição de importações privilegia as economias avançadas. Os dois modelos possibilitam a existência de um ciclo que têm como foco a lógica da exploração e a crescente acumulação de capital pelos Estados centrais (MELLO, 1991, p.89).

A dicotomia apresentada pela existência de Estados que se industrializaram no início da Revolução Industrial e entre aqueles que tiveram o capitalismo tardio enfatizam a desigualdade. A forma lenta e irregular da expansão do progresso técnico tem como consequência séculos de acumulação de capital que permitem a inovação e o desenvolvimento de tecnologias que permitem a manutenção do poder. O fenômeno da desigualdade pode ser explicado a partir da diferença encontrada entre

as economias centrais e periféricas, assim como do sistema de exploração e dominação que privilegiam os Estados avançados (MELLO, 1991, p.123). Desse modo, podemos perceber a existência de uma estrutura de dominação que têm como objetivo a criação de instrumentos para a manutenção e reprodução da desigualdade.

A heterogeneidade é um fenômeno universal e têm a capacidade de avançar também sobre países desenvolvidos, pois a evolução do progresso não ocorre de forma igualitária. Entretanto, a desigualdade apresentada nas economias centrais pode ser encontrada nos diversos ramos industriais, em que a concentração da produção se localiza em um setor ou está concentrada em determinada região. A nova divisão internacional do trabalho demonstra como a evolução do progresso técnico ocorre de forma desigual no Sistema Internacional. Esta estrutura pode ser caracterizada pela financeirização da economia, pela dominância de oligopólios mundiais e principalmente pela diferença do trabalho realizado por economias centrais e periféricas (MONTENEGRO, 2005, p.4).

Enquanto os Estados emergentes preocupam-se em realizar um trabalho de produção de produtos primários, as economias avançadas buscam a inovação. Na estrutura da DIT, a periferia é projetada para atender aos interesses do centro, cujo o território periférico é utilizado para atividades que não seriam realizadas em um Estado industrializado. A incansável busca pela evolução tecnológica estimulada pelas economias industrializadas foram a principal motivação para a intensificação e expansão dos fluxos de capital (POCHMANN, p.3). Com isso, o surgimento do processo de financeirização do capital criou um Sistema Internacional interdependente, haja vista que a dinâmica passa a ser administrada por uma nova forma de jogos estratégicos. Estes jogos são estruturados por coalizões de poder entre as nações no nível econômico.

O advento do processo de Mundialização do capital possibilitou a chegada de uma nova visão no Sistema Internacional. A nova perspectiva substitui a ideia de que a disputa pelo poder deve ser alcançada por meios militares, passando a colocar o foco no setor econômico, em que aqueles que possuem uma maior concentração de capital podem ser considerados como Estados hegemônicos. Ademais, vale ressaltar que o crescimento dos fluxos de capital que propiciaram a Mundialização na década de 70 só puderam ocorrer a partir da transição do feudalismo para o capitalismo. O sistema feudal foi de suma importância para que o foco do Sistema Internacional passasse a ser os mecanismos de capital (ALMEIDA, 2000, p.27).

A transição do feudalismo para o capitalismo foi marcada pela expansão do comércio, pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pela viabilização de um

mercado financeiro. O declínio do sistema feudal também foi marcado pelo nascimento de um sistema bancário, cujo objetivo central era garantir o crédito e o investimento em empresas que buscavam evolução. A interação mercadológica e a ascensão do mercado financeiro possibilitaram o aparecimento de empresas transnacionais, tendo como resultado a origem de uma estrutura baseada na interdependência do Sistema Internacional. (ALMEIDA, 2000, p.27) Desse modo, a base da Globalização é totalmente pautada na relação entre ciência e tecnologia, no crescimento do comércio e na financeirização do sistema.

Pautados na busca pelo poder, os Estados emergentes buscam cooperar adotando um posicionamento anti-hegemônico, em que o é se tornar mais forte economicamente e eliminar o processo de dominação. As estratégias de cooperação adotadas pelas economias periféricas permeiam o campo das Organizações Internacionais como, por exemplo, o Mercosul. Estas Instituições buscam reunir as demandas dos Estados-membros no campo econômico, social e político, visando o desenvolvimento e a superação de alguns obstáculos por meio do apoio mútuo. (ALMEIDA, 2000, p.27) O posicionamento anti-hegemônico adotado pelas economias periféricas é consequência do surgimento de um cenário de desigualdade propiciado pela chegada de uma nova ordem regida pelo capital.

A expansão do sistema capitalista e da etapa da financeirização do capital identifica duas realidades distintas: a primeira refere-se às potencialidades que têm o objetivo de identificar as motivações para que o sistema continue se desenvolvendo, a segunda refere-se fragilidades que promovem a desigualdade e inibem o desenvolvimento. No campo das potencialidades, há um demasiado crescimento das oportunidades, atingindo não apenas os indivíduos que buscam alcançar os seus interesses econômicos, mas também pequenas e grandes empresas que têm o objetivo de evoluir para grandes corporações. Além disso, o Estado capitalista contemporâneo busca cada vez mais o desenvolvimento tecnológico, cujo resultado é a criação de um sistema mais dinâmico e com transações financeiras mais seguras (SANTOS, 2019, p.2).

No campo das fragilidades, podemos destacar a apropriação da capacidade de desenvolvimento mundial do capital. Na etapa da Mundialização, existe uma diversidade de atores econômicos no Sistema Internacional que buscam o lucro por meio de oportunidades de especulação. O regime de financeirização, consiste em um modelo no qual grande parte do capital está localizado no setor bancário, podendo influenciar a ordem política mundial. Desta maneira, percebe-se a criação de instrumentos que possuem a capacidade de expandir o comércio por meio do crédito

elevado, tendo como resultado a apropriação da capacidade de desenvolvimento mundial do capital. Em breves palavras, as economias avançadas se apoderaram desaldo favorável da balança de pagamentos e também de todos os possíveis recursos para o seu desenvolvimento econômico (SANTOS, 2019, p.2).

Na etapa da Mundialização, o Sistema Internacional continua sendo caracterizado pela competição em busca da maximização de poder e acumulação de capital. O ambiente competitivo gera a ascensão de alguns Estados que podem ser denominados de potências mundiais, demonstrando as fragilidades oriundas do processo de financeirização. O processo de financeirização do capital contribui para a manutenção da desigualdade socioeconômica e de renda não apenas entre os Estados do Sistema Internacional, mas também entre a população interna de uma nação. O aumento da heterogeneidade é resultado do processo de financeirização, em que o capital não é mais fruto do trabalho, mas do investimento no sistema financeiro. Os detentores do capital buscam o aumento de suas riquezas através da aplicação dos juros.

3.3 A desigualdade e a importância do ODS 10

A desigualdade é um fenômeno causado pela distribuição assimétrica da riqueza, cujo resultado é a criação de um contraste socioeconômico baseado em uma dicotomia. Esta divisão refere-se por um lado a percentagem da população que detêm grande parte dos recursos econômicos e do outro trata-se da taxa da população que precisa se contentar com uma pequena parcela dos bens. (SOUZA, 1996, p.1) De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apenas 1% da população mundial possui um rendimento compatível a 57% dos habitantes mais pobres do Sistema Internacional. Esses índices demonstram os efeitos negativos causados pela concentração de renda, refletindo também no poder de compra dos indivíduos, na alimentação e nos serviços elementares.

Por que é preciso reduzir as desigualdades? Segundo a CEPAL, a busca pela paridade é o melhor caminho para se alcançarem modelo de desenvolvimento baseado na inovação e no aumento da produtividade. Além disso, uma sociedade mais igualitária também busca aliar o crescimento produtivo a sustentabilidade econômica e ambiental, assim como o fortalecimento do sistema democrático. A igualdade pode ser entendida como uma distribuição simétrica das oportunidades e capacidades, em que o objetivo principal é promover a descentralização de renda e eliminar qualquer

tipo de discriminação social, política ou econômica. Assim, heterogeneidade não se resume ao escopo da concentração de renda, mas também pode se manifestar de diferentes formas como na desigualdade de gênero, raça e classe (Cepal, 2018, p.5).

Diante do entendimento de que a heterogeneidade é um problema grave que pode atingir os Estados a nível interno, regional e global, coloca-se o ODS 10 como o principal caminho para se alcançar as demais metas da Agenda de 2030. (KHAMIS, p.7) Com isso, nasce também a necessidade de se criar políticas sociais que promovam a proteção de direitos, o estímulo à produtividade e o regime de bem-estar, entendendo que todos esses pilares funcionam de forma interdependente. Para que as políticas de desenvolvimento social sejam implementadas, é preciso que os Estados estabeleçam suas próprias prioridades, façam o mapeamento de políticas públicas e adequem às normas da Agenda de 2030. Além disso, existe a necessidade de elaborar relatórios nacionais que divulguem os resultados das estratégias tomadas a partir da utilização de indicadores socioeconômicos.

O ODS 10 refere-se à redução das desigualdades dentro dos Estados e entre eles, a aplicação dessa meta é de grande importância tendo em vista que a heterogeneidade é um problema global. É importante destacar que, a heterogeneidade tem aumentado desde 1940, a expansão do capitalismo e os altos níveis de produtividade das economias centrais tem afetado negativamente cada vez mais a distribuição de renda. O ODS 10 tem o intuito de erradicar a pobreza, mas também de acabar com qualquer tipo de discriminação como, por exemplo, a disparidade de gênero. Com isso, o sucesso desse objetivo perpassa por vários outros temas, tornando-se um elemento central para a aplicação e sucesso dos outros 16 objetivos (KHAMIS, p.7).

Entre as metas do ODS 10 podemos encontrar (em ³PLATAFORMA AGENDA 2030. *Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivo 10 - redução das desigualdades.*)³:

Meta 10.1

Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

Meta 10.2

³ Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>>

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Meta 10.3

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

Meta 10.4

Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

Meta 10.5

Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

Meta 10.6

Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

Meta 10.7

Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem gerida.

Meta 10.a

Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.

Meta 10.b

Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

Meta 10.c

Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

A partir da leitura do segundo capítulo, podemos concluir que o surgimento do capitalismo gerou um crescimento assimétrico entre os Estados do Sistema Internacional. A heterogeneidade gerada pelo surgimento do sistema capitalista pode ser explicada pelo pioneirismo inglês e pela expansão lenta e desarmônica da industrialização pelas outras nações do globo. Assim, este pioneirismo permitiu o desenvolvimento de uma DIT, capaz de dividir o Sistema Internacional entre economias centrais e periféricas, em que a dinâmica é regida pela ótica da exploração. A dicotomia entre centro e periferia ficou cada vez mais explícita com a chegada da etapa da Mundialização, fazendo com que os Estados se preocupassem cada vez mais com o fenômeno da desigualdade. Neste sentido, os ODS e principalmente o objetivo 10 se mostram cada vez mais necessários, assim como o seu monitoramento e o uso de indicadores socioeconômicos adequados.

4. Avaliação do Brasil no Ranking Internacional que mede a desigualdade**4.1 A relevância do PIB e o IDH na aplicação do ODS 10**

Este capítulo têm o objetivo de avaliar o posicionamento do Brasil no Ranking Internacional medido pelo PIB e o IDH de 2019. Desta maneira, a seção foi dividida em duas partes: a primeira busca analisar a importância do PIB e do IDH na aplicação do ODS 10, colocando o PIB como um índice ineficiente para a mensuração do desenvolvimento sustentável. O segundo tópico busca argumentar acerca da desigualdade

existente no território brasileiro a partir de três tabelas com indicadores socioeconômicos distintos. A primeira tabela exhibe o Ranking Internacional dos países mais desiguais do mundo em 2019, calculado a partir do Coeficiente de Gini. A segunda tabela busca demonstrar as 10 maiores economias do mundo a partir do cálculo do PIB. A terceira figura busca demonstrar os 10 países com o maior IDH também em 2019. O objetivo deste capítulo é esclarecer como o crescimento econômico não reflete o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A partir da necessidade de avaliar os resultados previstos na Agenda 2030, surge também a obrigatoriedade de criação e de monitoramento de indicadores socioeconômicos. Estes novos índices devem acompanhar o progresso do termo “*Desenvolvimento sustentável*”, levando em consideração não apenas elementos econômicos, mas também ambientais e sociais. Os indicadores econômicos e sociais têm o objetivo de atuar como um instrumento que mensura os resultados que se encontram entre o que foi planejado e realizado. Assim, os índices socioeconômicos precisam reunir algumas características para acompanhar o processo de evolução do desenvolvimento sustentável como, por exemplo, medir e relacionar diferentes dimensões e realidades. Estas habilidades são de suma importância para a criação de indicadores realmente eficientes (MOLIMA, 2019, p.4).

O Produto Interno Bruto busca avaliar o crescimento econômico a partir da soma da produção de todos bens e serviços fabricados em determinado período de tempo, normalmente um semestre ou um ano. O PIB atua como um indicador que tem o objetivo de medir o ritmo em que um Estado está produzindo a sua riqueza, além de demonstrar qual o nível de capacidade econômica que o mesmo tem em criar postos de trabalho. Além disso, o indicador tem a competência de medir o progresso do poder de compra dos indivíduos, utilizando como ponto de partida a taxa de inflação. Vale ressaltar, que o PIB é um dos indicadores mais difundidos em termos de contabilidade nacional, atuando como base para outros índices como, por exemplo, a taxa de crescimento ou na própria composição do IDH (JACQUINET, 2019, p.1).

O PIB é um indicador que surge com o intuito de mensurar o crescimento econômico e não o desenvolvimento sustentável. O termo “*Desenvolvimento sustentável*” demonstra uma certa preocupação com o bem-estar, indicando preocupação com o setor financeiro, com a qualidade de vida da população e com o setor ecológico. No entanto, a definição de “*crescimento econômico*” está relacionada apenas a produtividade e a industrialização, cujo foco das discussões continua sendo a concentração de riqueza (SIQUEIRA, 2014, p.11). Assim, percebe-se que no contexto de avaliação das desigualdades e de análise dos resultados da Agenda de 2030, o PIB não pode ser considerado como um avaliador eficiente. O cálculo do Produto Interno Bruto

não consegue mensurar as heterogeneidades sociais, a qualidade de vida da população e as agressões ao meio ambiente.

No entanto, o Produto Interno Bruto pode ser considerado como o indicador mais importante e mais utilizado na avaliação do crescimento econômico. Apesar das críticas e provações de que esse indicador não consegue acompanhar a evolução do termo “*Desenvolvimento sustentável*”, acredita-se que o progresso técnico e os altos índices de produtividade podem melhorar alguns setores da economia como, por exemplo, o do emprego. Em outras palavras, podemos entender que a simples mensuração do desempenho econômico não é suficiente para avaliar a qualidade de vida da população e os níveis de desigualdade. É preciso avaliar a natureza da distribuição de renda do Estado, entendendo que se houver uma grande assimetria da distribuição de riqueza, a qualidade de vida dos indivíduos também será muito baixa (JACQUINET, 2019, p.3).

O Índice de Desenvolvimento Humano busca ampliar o campo de análise do crescimento para além da esfera econômica, incluindo elementos como a qualidade de vida e o meio ambiente. Esse indicador possui uma composição baseada no cálculo de outros três índices: a expectativa de vida, a escolaridade e o bem-estar que é estipulado pelo PIB per capita. O IDH foi concebido pelo economista Mahbub ul Haq, que também contou com a participação de Amartya Sen, cujo objetivo de criação foi se contrapor ao indicador do Produto Interno Bruto (MOLINA, 2019, p.3). Esta oposição ao PIB pode ser justificada a partir do progresso do termo de “*Desenvolvimento sustentável*”, em que a capacidade aquisitiva dos indivíduos não pode se manter como a única condicionante para se mensurar o desenvolvimento humano.

O processo de desenvolvimento do IDH estabelece um cenário em que os indivíduos são os principais atores, aos quais devem ser atribuídos o direito à igualdade social, qualidade de vida e participação cidadã. Dessa maneira, as vantagens do crescimento econômico devem beneficiar não apenas um grupo seletivo de indivíduos, mas toda a população. O crescimento econômico precisa ser entendido como um caminho para o desenvolvimento sustentável, em que a distribuição de renda deve ser feita de forma simétrica, eliminando totalmente a desigualdade de renda e de problemas como a pobreza e a miséria. Neste cenário, o entendimento de que o PIB é o melhor indicador para avaliar o desenvolvimento sustentável é visto como um meio de camuflar o fenômeno da desigualdade.

4.2 Brasil, campeão de desigualdade











A história do Brasil é marcada por um histórico de perdas de oportunidades na construção de um desenvolvimento simétrico, cujo resultado foi a produção de desigualdades internas e externas. A carência de um desenvolvimento integral do território permitiu a caracterização do Estado brasileiro por uma dicotomia que separa a realidade econômica da social (ECOAUOL, 2020). De um lado, o Brasil ocupa o 1º lugar no Ranking Internacional de fabricação de produtos como o açúcar, o café e a mandioca. Por outro lado, o Estado manifesta a carência em outros setores que podem ser representados pela miséria e pela fome. De acordo com dados da Unicef, 34% dos indivíduos localizados na área urbana vivem abaixo da linha da extrema pobreza, ou seja, não possuem condições de manter uma dieta composta de nutrientes básicos.

O Brasil é detentor dos melhores e dos piores indicadores econômicos e sociais do Terceiro Mundo, o que justifica a polaridade marcada pela riqueza e a pobreza. O fato de o Brasil ocupar o status de 7º maior economia mundial faz com que políticos e economistas ostentem um lugar à mesa com os países desenvolvidos. Todavia, as mesmas personalidades esquecem os obstáculos enfrentados pelo Estado brasileiro em relação à concentração de renda. De acordo com o Relatório do Banco Mundial de 1995, o Brasil apresenta um quadro em que apenas 20% dos indivíduos mais ricos do país abocanham praticamente 68% da renda nacional. Ademais, o grupo dos que possuem maior riqueza obtêm 51,3% do PIB, enquanto os mais pobres ficam responsáveis apenas com 7%. Essa alta concentração de renda é a maior do mundo e coloca o Brasil de volta ao grupo dos países do Terceiro Mundo (SOUZA, 1996, p.1).

A má distribuição de renda no Brasil pode ser entendida como um problema estrutural que afeta as condições de vida de toda a população. A dicotomia representada entre os mais ricos e os mais pobres demonstram uma diferença no que tange o acesso a direitos básicos e até privilégios. Com isso, enquanto o grupo mais afortunado ostenta saúde, educação, cultura e lazer de qualidade, os indivíduos mais pobres lutam para acessar direitos fundamentais como a alimentação e oportunidades de trabalho. Dessa maneira, a desigualdade de renda atua como uma estrutura que trabalha em ciclos, em que aqueles que possuem uma posição mais vantajosa conseguem acumular mais riqueza em detrimento dos mais pobres, mantendo o status-quo. Ademais, esse sistema pode ser entendido como mais um obstáculo em prol da igualdade, haja vista que a heterogeneidade prejudica o desenvolvimento do Brasil e os índices socioeconômicos.

Na figura abaixo, apresentaremos uma tabela que têm o intuito de demonstrar o posicionamento do Brasil no Ranking Internacional que avalia os países mais desiguais do mundo:

Tabela 1 – Ranking dos países mais desiguais em 2019

Países	Posição Global	Coeficiente de Gini
 África do Sul	1	63
 Namíbia	2	59,1
 Zâmbia	3	57,1
 República Centro-africana	4	56,2
 Lesoto	5	54,2
 Moçambique	6	54
 Brasil	7	53,3
 Botsuana	8	53,3
 Suazilândia	9	51,5
 Santa Lúcia	10	51,2

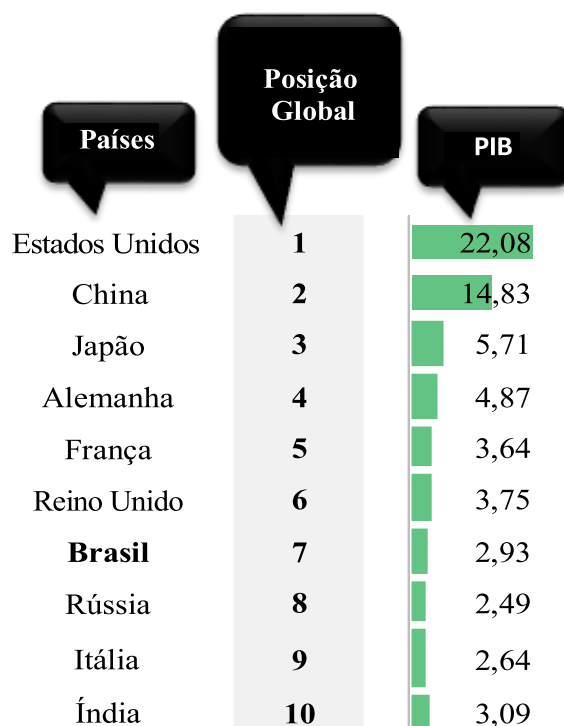
FONTE: OECD

Elaboração: Laís Aparecida Rodrigues

A tabela acima pretende demonstrar o Ranking Internacional que mede a desigualdade segundo o Coeficiente de Gini em 2019. Nesta figura, a autora utiliza apenas os 10 primeiros países que lideram o Ranking, colocando o Brasil como destaque na tabela. O Coeficiente de Gini tem o objetivo de avaliar a desigualdade de um país a partir da distribuição de renda, considerando 0 como igualdade absoluta e 100 a desigualdade em seu ápice. Nesta tabela, o Brasil ocupa o 7º lugar com apenas 53,3 em termos de desigualdade, ficando atrás apenas de países africanos como a África do Sul com 63 e Moçambique com 54. Esses números são alarmantes, levando em consideração os índices socioeconômicos apresentados pelo Brasil como o PIB e o IDH.

Nas figuras abaixo, apresentaremos duas tabelas que têm o intuito de demonstrar a posição do Brasil no Ranking Internacional que mede o PIB e o IDH em 2019:

Tabela 2 - Ranking das maiores economias do mundo em 2019 em trilhões de US\$

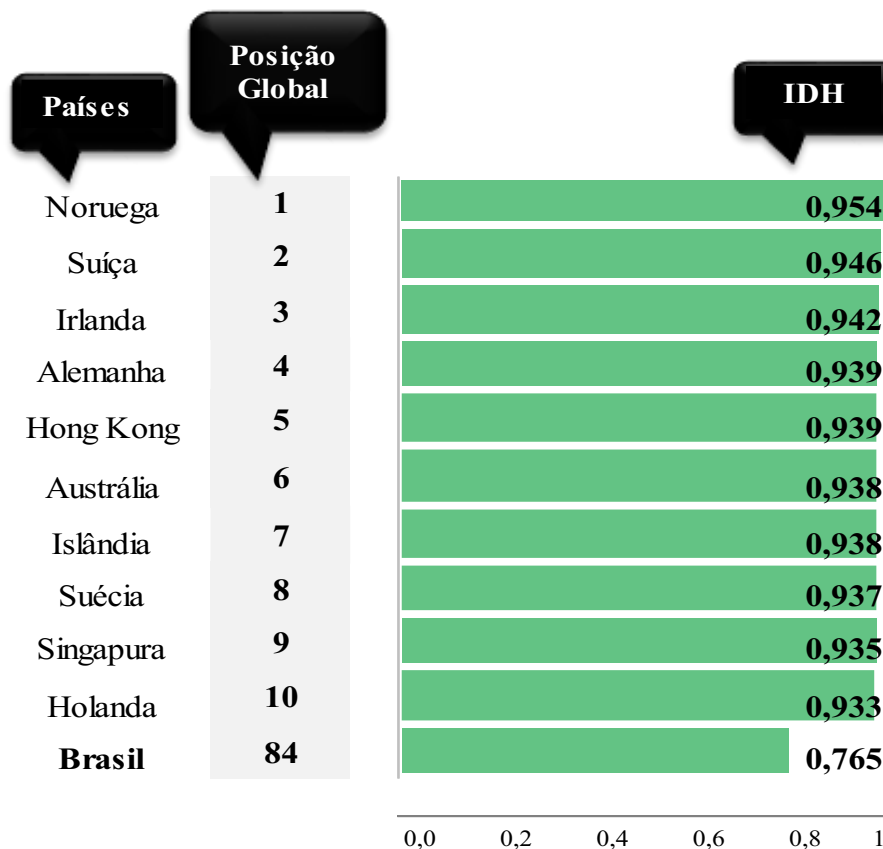


FONTE: FMI, World Economic Outlook Database

Elaboração: Laís Aparecida Rodrigues

A tabela “Ranking das maiores economias em 2019”, pretende exibir a posição global das primeiras 10 maiores economias do mundo, dando destaque para o Brasil. Para a confecção do Ranking, foi utilizado como indicador o Produto Interno Bruto, calculado a partir da soma da produção de todos os bens e serviços fabricados durante um ano em trilhões de dólares. Assim, ao analisar a tabela, podemos perceber que os Estados Unidos e a China despontam no Ranking apresentando um PIB de US\$ 22,08 e R\$14,83, respectivamente. O Brasil ocupa o 7º lugar no Ranking com um número de US\$2,93, bem abaixo dos valores apresentados por países desenvolvidos que lideram a tabela. Todavia, o Brasil continua ocupando o mesmo espaço das grandes potências europeias como a França e a Alemanha.

Tabela 3 - Ranking dos países com maior IDH em 2019



FONTE: Global_Data-Lab

Elaboração: Laís Aparecida Rodrigues

A tabela de número 3, possui o intuito de demonstrar a posição global do Brasil no Ranking Internacional que mede a desigualdade segundo o IDH. A figura apresenta os 10 primeiros países que lideram a tabela obtendo o maior índice de desenvolvimento Humano, dando destaque para a posição do Brasil no Ranking. O IDH atua avaliando a qualidade de vida da população de acordo com três elementos: a expectativa de vida, a escolaridade e o bem-estar. Esse índice calcula a qualidade de vida da população entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 for o valor, maior o IDH de um país. Nesta tabela, os dois Estados que possuem o maior índice de desenvolvimento humano são a Noruega e a Suíça com 0,954 e 0,946, respectivamente. O Brasil ocupa a 84ª posição, com um IDH de 0,765 que podemos considerar de nível médio.

Ao analisar as três figuras apresentadas, podemos concluir que o Brasil demonstra um grau de crescimento econômico elevado quando analisamos indicadores como o PIB. Desta maneira, o território brasileiro possui um bom posicionamento em Rankings Internacionais que buscam medir a heterogeneidade por meio de índices meramente econômicos. Contudo, quando analisamos o desenvolvimento sustentável, ou seja,

também levamos em consideração os pilares sociais e ambientais, o Brasil não apresenta bons resultados. Neste sentido, podemos afirmar que o crescimento econômico do Brasil ou simplesmente o PIB não reflete o bem-estar da população brasileira. O PIB não consegue mensurar de forma individual o desenvolvimento sustentável de um país, podendo ser substituído e mais bem utilizado no cálculo do IDH.

5. Considerações finais

Este trabalho se propôs, como objetivo geral, avaliar o posicionamento do Brasil no Ranking Internacional que mediu a desigualdade em 2019, buscando compreender qual o nível de importância do PIB e do IDH na implementação do ODS 10. Assim, o primeiro passo para a realização desta pesquisa concentrou-se em introduzir alguns conceitos como ODS e “*Desenvolvimento Sustentável*”. O primeiro capítulo apresentou uma função de grande importância para a confecção do estudo, haja vista que incorpora os principais termos da pesquisa e detalha o nascimento da Agenda 2030, esclarecendo as particularidades do ODS 10. O debate proposto no primeiro capítulo abre brechas para a segunda seção, cujo centro da discussão foi a expansão do capitalismo e as suas consequências para o Sistema Internacional.

A Agenda 2030 trata-se de um programa voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável entre os Estados do Sistema Internacional. O objetivo da Agenda consiste na implementação de 17 objetivos com 169 metas específicas que estão distribuídas em temas diversos como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades. Os ODS surgiram como resposta a uma primeira iniciativa global marcada por conferências e encontros realizados na sede das Nações Unidas em 2000, cujo resultado consiste na criação dos ODM. Com isso, a Declaração do Milênio das Nações Unidas traz para o centro das discussões os efeitos positivos e negativos da Globalização, processo este que evidenciou o crescimento assimétrico entre os Estados do Sistema Internacional e outras deficiências causadas pela crescente expansão do capitalismo.

Ao analisar o segundo capítulo deste trabalho, compreendemos que o capitalismo em sua etapa de financeirização do capital introduziu uma nova visão no Sistema Internacional. A nova perspectiva substituiu a ideia de que a disputa pelo poder deve ser alcançada por meios militares, transferindo essa responsabilidade totalmente para o setor econômico. Neste sentido, o Sistema Internacional pode ser caracterizado como um ambiente de competição onde os Estados que possuem uma maior concentração de capital

se destacam em termos de poder. Todavia, vale ressaltar que a etapa da mundialização do capital apresenta duas faces distintas: a primeira refere-se às oportunidades de crescimento e de acumulação de capital, a segunda está relacionada às fragilidades do processo, cujo resultado consiste na desigualdade e na inibição do desenvolvimento.

As fragilidades do processo de Mundialização podem ser explicadas pelo aproveitamento das oportunidades que apenas os Estados desenvolvidos podem desfrutar. Nesse sentido, as economias periféricas entram na disputa pelo poder buscando a cooperação e um posicionamento anti-hegemônico, cujo foco é tornar-se mais forte economicamente e eliminar o processo de dominação. As estratégias de cooperação utilizadas pelos Estados emergentes permeiam o campo das Organizações Internacionais, em que os atores alinham seus interesses no setor econômico, social e político, visando o desenvolvimento e a superação de alguns obstáculos por meio do apoio mútuo. Assim, a criação da Agenda 2030 pode ser entendida como uma espécie de esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável.

A dicotomia entre centro x periferia gerada pela expansão do capitalismo coloca em evidência o problema da heterogeneidade, haja vista que a deficiência pode atingir os Estados no âmbito interno e externo. Com isso, identificamos que a desigualdade é um problema global que vem acompanhado de outros obstáculos como a extrema pobreza, a exclusão social e o subdesenvolvimento. O crescimento assimétrico pode ser considerado como uma das principais características das economias emergentes, cujo resultado é uma perda de importância nas tomadas de decisões no campo das Organizações Internacionais. Desta maneira, a Agenda 2030 coloca o ODS 10 como um caminho de extrema importância para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Essa relevância deve-se ao fato de que os objetivos e metas traçados no ODS 10 perpassam outros temas como a paridade de gênero e a inclusão social.

O capítulo final deste trabalho buscou analisar a importância do PIB e do IDH na aplicação do ODS 10, realizando um estudo de caso sobre a desigualdade no Brasil em 2019. Ao analisar as duas últimas seções, identificamos a necessidade de monitorar os resultados obtidos a partir da aplicação de metas e objetivos previstos na Agenda 2030. Esse monitoramento precisa ser feito a partir da análise de indicadores socioeconômicos que acompanham a evolução do termo “*Desenvolvimento sustentável*”, ou seja, que levam em consideração não apenas elementos econômicos, mas também ambientais e sociais. Neste trabalho, os indicadores analisados foram o PIB e o IDH. O primeiro é bastante difundido no Sistema Internacional e busca calcular a quantidade da produção de todos bens e serviços fabricados em determinado período de tempo, geralmente um semestre ou um ano.

O IDH é um indicador que busca calcular o desenvolvimento humano de um Estado a partir de outros três índices: a expectativa de vida, a escolaridade e o PIB. Assim, podemos

concluir que o Produto Interno Bruto não é um indicador que consegue mensurar o “*Desenvolvimento sustentável*” de um país, haja vista que em seu cálculo não há nenhum outro índice que calcule os níveis de bem-estar social da população. O PIB é um indicador muito difundido no Sistema Internacional como um parâmetro para crescimento econômico, o que pode camuflar o problema da desigualdade. O Brasil é um grande exemplo dessa dicotomia apresentada por PIB x IDH ou crescimento econômico x desenvolvimento sustentável. O Estado brasileiro pode ser considerado como o território que detém os melhores e os piores indicadores socioeconômicos do Terceiro Mundo.

O Brasil ocupava em 2019 a 7^a posição no Ranking Internacional que apresentava as maiores economias mundiais, porém, ao mesmo tempo apropriava-se do 7^a lugar na lista dos países mais desiguais do mundo e um IDH considerado médio. Com isso, podemos concluir que o crescimento econômico e os índices capazes de medi-los, como o PIB, não conseguem mensurar o bem-estar da população, os níveis de pobreza ou concentração de renda. Compreendemos que o IDH é o indicador mais apropriado para monitorar a aplicação dos objetivos do ODS 10. É de extrema importância a utilização e criação de indicadores socioeconômicos que conseguem acompanhar a evolução do termo “*Desenvolvimento sustentável*”, evitando distorções e trazendo resultados reais.

Esta pesquisa apresenta algumas lacunas que podem ser preenchidas por meio de outras reflexões sobre o tema e o objeto de estudo, apesar de considerarmos que o trabalho atingiu todos os seus objetivos. Dessa forma, as possibilidades de entendimento sobre o tema não foram esgotadas, pois ainda é necessário entender os motivos do crescimento econômico não refletirem no desenvolvimento social. Além disso, pela escassez de tempo, não foi possível abordar outros indicadores socioeconômicos que poderiam ser interessantes para avaliar o desenvolvimento do Brasil. Entretanto, constatamos que o IDH é atualmente o único indicador socioeconômico capaz de avaliar o desenvolvimento sustentável de um país.

6. Referências

ADMINISTRADORES. *Produção verde: preocupação com o meio ambiente faz empresas investirem cada vez mais em tecnologia e design ambientalmente corretos.* 2018.

ALMEIDA, Adson. *Mundialização do capital financeiro e instabilidade sistêmica.*

CEPAL. *A ineficiência da Desigualdade.* Santiago: Nações Unidas, v. 37º, p. 1-76, 2018.

COSENZA, Apoena. *Um estudo sobre a Divisão Internacional do Trabalho.* Revista de Economia Política e História Econômica, v33, p. 2-28, 2015.

SILVA SIQUEIRA, Elder. *PIB: Um indicador em crise.* Curitiba: UFPR, v.1, p. 1-54, 2014.

DOBB, Maurice. *Do feudalismo para o capitalismo.*

ECAM. *O que é a Agenda 2030 e quais os seus objetivos.*

ESTENDER, Carlos Antonio; PITTA, Tercia de Tasso. *O conceito de desenvolvimento sustentável.* Guarulhos: Terceiro setor, v.2, n.1, p. 1-7, 2008.

GHABRIL, Rick; FREITAS, Giovana. *Desenvolvimento do sistema capitalista: sua evolução, fragilidades e a interdependência financeira.* Santa Cruz do Sul: Revista de Contabilidade Dom Alberto, v.1, n.8, p. 1-18, 2015.

GLOBAL_DATA_LAB. *Índice de Desenvolvimento Humano Subnacional.*

GOMES MOLINA, Márcia Cristina. *Desenvolvimento sustentável: do conceito de desenvolvimento aos indicadores de sustentabilidade.* RMGC: v. 4, nº 1, p. 1-19, 2019.

GUEVARA, Arnoldo. *ODS 10: redução das desigualdades.* São Paulo: FEA, p. 2-32, 2019.

J. HOBSBAWM, Erick. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.* Forense Universitária, v5.

JACQUINET, Marc. *PIB – Produto Interno Bruto: Uma breve Introdução*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 1-7, 2019.

KHAMIS, Renato; ALVES, Juliana. *A redução das desigualdades no Brasil e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº10*. p. 1-20.

MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, v.8, p. 1-91, 1991.

MONTENEGRO, Cristiano Vieira. *Mundialização e capital financeiro: a perspectiva de François Chesnais*. Maranhão: UFMA, v.2, p. 1-7, 2005.

OECD. *Stat. Income Distribution Database*.

PAULA, Affonso; ZIMBRÃO, Ricardo. *Livro: Capitalismo definições*. São Luís: EDUFMA, p. 6-58, 2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030. *Conheça a Agenda 2030 - conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030*.

POCHMANN, Marcio. *Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho*.

RIBEIRO, João Matheus. *Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US\$ - 2012-2019 - em ordem decrescente de 2013)*. FMI, p.1, 2014.

RODRIGUES, Robson. *Como reduzir as desigualdades?* Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília, v. 25, 2021.

ROMA, Júlio César. *Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. p. 1-7, 2019.

SANTOS, Carla. et al. *Um novo conceito de desenvolvimento econômico: um estudo comparativo entre Brasil e China*. Araraquara-SP: UNESP, v. 1, p. 1-20, 2011.

SANTOS, Erick; CASTELLETO, Hugo. *A Globalização e seus efeitos na sociedade*. Maringá: EPCC, v. XI, p. 1-12, 2019.

SENA, Augusto. et al. *Desenvolvimento Sustentável e a Abordagem Grassroots: delineando caminhos convergentes*. São Paulo: ENGEMA, v.16, p. 2-17, 2014.

SOUZA, Hamilton. *Brasil, campeão de desigualdade*. ADSUP, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, v.3, p. 1-17.

UNIC Rio. *PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UNIC, 2015.

UNIC. *PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015.

VITULE, Maria Luiza. *A Mundialização do capital*. Belo Horizonte: Trabalho e educação, v. 3, p. 1-4, 1998.